

DOI: 10.20911/21799024v15n2p4/2024

Fé crítica e humildade epistêmica: a relação razão-fé

Qual é a relação entre as disciplinas filosófica e teológica é uma questão que tem sido debatida nos círculos cristãos desde o nascimento da própria teologia e está incluída no debate mais amplo sobre a relação entre fé e razão, no qual as relações entre teologia, ciências modernas e filosofia da ciência estão inseridas: até que ponto a teologia é contígua às outras disciplinas do conhecimento humano, e em que ponto do caminho ela assume, em relação à razão, seu próprio ponto de vista privilegiado e seu próprio método? Não pode ser o objetivo de um mero editorial fornecer uma resposta exaustiva a uma questão de tal magnitude. Pensamos que é importante, no entanto, recordar os elementos que nos podem ajudar a orientarmo-nos para o objetivo – atualizar uma questão espinhosa – e descrever uma possível perspectiva. Conscientes de que uma resposta à pergunta “qual é a relação entre fé e razão?” ainda está completamente aberta, e provavelmente permanecerá assim por muito tempo, apesar do fato de que diz respeito ao próprio fundamento de nossa experiência de fé; na vida cotidiana, isso se transforma em uma questão profundamente existencial: em que acredito e com quais razões ou sentimentos? Até que ponto minhas opiniões são toleráveis ao professar uma religião?

Evidentemente, muitas coisas distintas estão entrelaçadas no dilema fé-razão: questões teóricas (sobre os conteúdos de nossa fé), epistemológicas (como eu acesso a esses conteúdos), questões práticas e emocionais (o ato de fé), questões morais (comportamentos consistentes com a fé que professo). Queremos deixar claro que qualquer pretensão de separá-los claramente visa o fracasso. De uma perspectiva especificamente cristã, só para dar um exemplo, a verdade teórica está ligada à prática da vida boa; além disso, a verdade cristã parece ter um status próprio que precisa ser repensado, especialmente em sua relação com outros tipos de verdades humanas. A dificuldade de manter unidas todas essas inter-relações complexas justifica em parte o caráter (e a extensão) dessa discussão, bem como sua natureza provisória.

A teologia como ciência tem seu núcleo estabelecido há muito tempo. Nesse sentido, a teologia e a filosofia são as mais antigas disciplinas. A teologia sempre esteve consciente de sua proximidade com a filosofia. Também os campos intermediários a elas se encontram ocupados de longa data, e em estado de relativa sedimentação. As fronteiras, naturalmente, continuam. Depois que disciplinas particulares se separaram da filosofia, ela continuou a manter relações em separado com a psicologia, a sociologia e a antropologia, por exemplo. A teologia mantinha relações de fronteira, consciente de que sua própria identidade já estava formada e que tais relações deviam ser compreendidas como auxiliares ou instrumentais.

Os campos mais próximos da teologia são a filosofia da religião e, mais recentemente, as ciências da religião. Essas disciplinas compartilham uma extensa faixa de interseção, onde as definições exatas se mostram problemáticas - e essa dificuldade tem sido cada vez mais reconhecida. O ponto comum entre elas é o fenômeno religioso, que serve de objeto e ponto de partida para suas análises, ainda que cada uma adote um enfoque próprio. Esse "próprio", no entanto, é constantemente reavaliado e reconstruído, sendo parte do desafio teórico dessas áreas.

O termo *teologia* começou a ser usado para designar a reflexão sobre Deus graças aos Padres da Igreja, especialmente no século IV. Santo Agostinho, em sua obra *De Civitate Dei* (*A Cidade de Deus*), atribui ao termo uma especificidade cristã. Para ele, a teologia não era apenas um discurso genérico sobre divindades, como na tradição grega, mas uma investigação sobre a essência do Deus revelado. A reflexão cristã não alterou a etimologia da palavra, mas transformou seu significado. Para os cristãos, o *logos* não é meramente uma palavra ou discurso genérico, mas algo que se concretiza na pessoa de Jesus Cristo, o Verbo encarnado. Da mesma forma, o *theos* não se refere a uma divindade qualquer, mas ao Deus da Revelação bíblica.

A relação entre a teologia, a filosofia da religião e as ciências da religião evidencia um terreno comum que continua a desafiar a precisão das definições. Todas essas disciplinas partilham o fenômeno religioso como objeto de estudo, mas cada uma aplica um olhar distinto sobre ele, sendo que o que define essa distinção está em constante reconstrução e debate.

A palavra teologia (θεολογία) tem origem grega, não apenas no nome, mas também no modo de pensamento que a gerou. Esse termo está enraizado no contexto intelectual da Grécia clássica, que foi o berço da filosofia ocidental. Originalmente vinculada à filosofia, a θεολογία reflete um modo específico de pensar, questionar e buscar respostas, ainda que na época as distinções acadêmicas entre disciplinas não fossem tão precisas como são hoje.

É importante lembrar que o encontro entre esse modo grego de pensar e a perspectiva semítica do judaísmo ocorreu em meio a tensões. O cristianismo, em sua origem, pertence ao universo judaico, e não ao grego. A diferença entre essas tradições não está simplesmente na presença ou ausência de certos conceitos, mas nas atitudes fundamentais e nas bases do pensamento de cada uma. São formas distintas de enxergar e interpretar a realidade, muitas vezes

direcionando seu olhar para os mesmos fenômenos, mas a partir de perspectivas profundamente diferentes.

Nos textos fundadores do cristianismo, os escritos do Novo Testamento, é possível identificar diferentes manifestações da tensão entre o mundo grego e o mundo judaico. Essa relação foi interpretada de maneiras diversas na Igreja primitiva. Em alguns contextos, como na esfera de influência de Alexandria, chegou-se a uma quase-síntese entre essas tradições. Em outros, no entanto, prevaleceu uma percepção de incompatibilidade, exemplificada pelo célebre questionamento atribuído a Tertuliano: “O que Jerusalém tem a ver com Atenas?”

No que diz respeito ao conceito de teologia, duas questões fundamentais estão em tensão. A primeira diz respeito ao significado de Θεός (Deus), e a segunda ao significado de Λόγος (palavra, razão, discurso). Na tradição do pensamento grego, “Deus/Divino” é frequentemente concebido como uma entidade impessoal, o fundamento ontológico de todas as coisas, como no conceito de “primeiro motor imóvel”. Já na tradição judaica, Deus/Jahweh é visto como um ser pessoal, que se revela por meio de um nome a um povo específico, em um contexto histórico concreto.

Quanto ao *logos*, trata-se de um conceito profundamente complexo no pensamento grego. Em linhas gerais, refere-se à racionalidade objetiva que permeia o universo, conferindo-lhe ordem e transformando-o em *kosmos* (ordem) em vez de *kaos* (desordem). Além disso, o *logos* também expressa a racionalidade humana, que de alguma forma corresponde à racionalidade universal. Por outro lado, os antigos hebreus não possuíam um conceito equivalente. O termo hebraico mais próximo seria *dabar*, mas ele carrega um significado bastante distinto. Para os hebreus, *dabar* é a palavra poderosa de Deus, dotada de força intrínseca para criar o universo e interpelar o ser humano. Esse termo também pode denotar ação ou evento, refletindo a associação natural entre palavra e acontecimento na tradição hebraica.

Essa tensão entre as diferentes concepções de *Theós* e *Logos* não apenas está na base do conceito de “teologia”, mas também molda de maneira profunda e indelével o que hoje chamamos de “teologia cristã”.

O cristianismo está intrinsecamente ligado a um evento histórico e a uma revelação histórica, o que o diferencia tanto das religiões naturais quanto dos mitos fundadores de outras tradições religiosas. Ele está profundamente enraizado na revelação (pessoal) de Deus, assim como na fé e na oração do judaísmo, e reconhece em Jesus Cristo a encarnação do *logos* de Deus. Em Jesus Cristo, o Filho, “gerado, não criado, consubstancial ao Pai”, o cristianismo identifica a expressão mais plena da autocomunicação de Deus no “não-Deus” da criação. A autocomunicação/encarnação divina no mundo constitui o núcleo central da fé e da teologia cristãs.

O curso clássico de introdução à teologia cristã tradicionalmente começava pela cristologia, abordando a revelação de Deus em Jesus Cristo e destacando aspectos centrais como a encarnação, vida, paixão, morte e ressurreição de Je-

sus. A sequência incluía o estudo das fontes da revelação (Escritura e Tradição), eclesiologia, sacramentos, antropologia, ética, entre outros temas.

Com o advento da modernidade, no entanto, a revelação cristã deixou de ser vista como um dado evidente por si só, o que gerou a necessidade de fundamentá-la de maneira mais crítica. Tornou-se importante oferecer razões para a fé cristã (cf. 1Pdr 3, 15), tanto para responder às questões de não-cristãos quanto para ajudar os próprios cristãos a aprofundarem e compreenderem melhor sua fé. Foi nesse contexto do século XIX que surgiu a disciplina teológica que hoje conhecemos como “teologia fundamental”.

Os artigos teológicos abaixo manifestam a diversidade dos temas tratados no curso de teologia, sempre, em última instância, à luz da Revelação divina.

Os artigos filosóficos apontam especialmente a riqueza da dimensão intersubjetiva. O ser humano é um ser-com-outros-no-mundo, e isso não é um acidente, não é um dado marginal, não é um mero tema a mais entre tantos outros a ser estudado, refletido e avaliado. São as relações que nos constituem. Nossa identidade singular resulta de um complexo conjunto de relações e interrelações. É neste horizonte existencial-relacional que conceitos como “pessoa”, “diálogo”, “alteronomia”, “sociedade”, “igreja”, “evangelho” ganham profundo significado, de modo que a ética ganha relevância, a comunidade eclesial torna-se espaço vital, a religião recobra seu sentido original de conectar, (re)ligar, restabelecer a relação, e a comunicação de Deus ao homem torna-se um evento salvífico.

Luiz Sureki

Washington Paranhos

Cláudia Oliveira